



ANEXO I ASSUNTOS

1. O mandado de injunção é um remédio constitucional de suma importância para garantia da eficácia das normas constitucionais. Acerca do assunto, discorra sobre o seu cabimento, regulamentação constitucional e legal, bem como os efeitos da sua decisão.
2. O devedor em execução fiscal possui dois meios típicos de defesa: exceção de pré-executividade e embargos de execução. Diferencie os dois instrumentos processuais, discorrendo especialmente sobre as hipóteses de cabimento e seus respectivos fundamentos.
3. A Constituição prevê a responsabilidade do Estado em caso de dano causado a particular, o que é denominado pela doutrina de “responsabilidade civil extracontratual do Estado”. Sobre o assunto discorra sobre como ocorre a responsabilidade do Estado nos casos de ação e omissão do Estado, explicitando se há diferença na teoria de responsabilidade aplicável.
4. No ordenamento jurídico brasileiro, a regra é a obrigatoriedade de licitação. Existem, no entanto, hipótese de contratação direta sem licitação. Discorra sobre as diferenças entre dispensa e inexigibilidade de licitação, dando exemplos.
5. A possibilidade de edição de Súmula Vinculante pelo STF foi inserida através de emenda constitucional, incluindo-se o art. 103-A na Constituição. Sobre ela responda: quais os requisitos para a sua edição e qual instrumento processual adequado para garantir a sua aplicação em concreto?
6. Para que a Administração proteja o interesse público, o ordenamento jurídico lhe confere poderes administrativos. Discorra sobre o Poder regulamentar conferido à Administração Pública e o princípio da legalidade.
7. O sistema processual brasileiro prevê meios de impugnação da decisão judicial, entre eles os recursos de apelação e agravo de instrumento. Discorra sobre esses dois recursos, abordando minimamente: hipóteses de cabimento, prazos e competência/endereçamento.
8. O direito tributário possui dois institutos relacionados ao não pagamento do tributo: Imunidade e isenção tributárias. Diferencie esses dois institutos jurídicos, inclusive com exemplos.
9. A Fazenda Pública persegue o interesse público e, por isso, goza de prerrogativas e garantias processuais. Sobre o assunto, indique - pelo menos - duas prerrogativas/garantias processuais da Fazenda Pública e qual o fundamento da sua existência.
10. O sistema constitucional brasileiro prevê as funções essenciais à justiça, entre elas a advocacia pública e ministério público. Discorra sobre as diferenças entre esses dois órgãos constitucionais e o seu papel no processo civil.